

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **1 a 17**, é constituído de **40 (quarenta)** questões objetivas, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 20 – Legislação Básica

21 a 40 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a Marcação do Cartão de Respostas

As respostas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

- 3.1.** Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa C seja a escolhida.

Nº da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/>
<input type="radio"/> D

- 3.2.** Marque apenas uma alternativa para cada questão.
- 3.3.** Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- 3.4.** Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
5. A duração da prova é **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
6. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.
7. Na página **17** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.
8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.
9. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado (no espaço próprio) e preenchido.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

Insônia infeliz e feliz

De repente os olhos bem abertos. E a escuridão toda escura. Deve ser noite alta. Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. E a cabeça clara e lúcida. Ainda arranjaréi alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite e que não me maldiga. Quem? Quem sofre de insônia? E as horas não passam. Saio da cama, tomo café. E ainda por cima com um desses horríveis substitutos do açúcar porque Dr. José Carlos Cabral de Almeida, dietista, acha que preciso perder os quatro quilos que aumentei com a superalimentação depois do incêndio. E o que se passa na luz acesa da sala? Pensa-se numa escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas. Nem quatro chegaram. Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar. Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. De repente acordar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão. Quase nenhum ruído. Só o das ondas do mar batendo na praia. E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo. Ninguém me interrompe o nada. É um nada a um tempo vazio e rico. E o telefone mudo, sem aquele toque súbito que sobressalta. Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca do mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.

(LISPECTOR, Clarice. Disponível em: //www.culturagenial.com/cronicas-famosas. Acesso em: 03/01/2024.)

QUESTÃO 01

Qual a temática sobre a qual a crônica versa?

- [A] Quietude
- [B] Tranquilidade
- [C] Insônia
- [D] Desamparo

QUESTÃO 02

A leitura atenta do texto autoriza a afirmar que a personagem do texto é uma mulher

- [A] que, na mesma situação, sente-se ora angustiada ora em paz.
- [B] que gosta da solidão, de ficar sozinha em sua casa à beira do mar.
- [C] que passa todas as noites a tomar café e esperar que algum amigo lhe telefone.
- [D] que, na solidão, sente-se livre, mas não se entrega ao sono para não perder o amanhecer.

QUESTÃO 03

No primeiro parágrafo, a narrativa oscila entre a primeira pessoa (*acendo a luz*) e a terceira (*pensa-se*). Esse fato linguístico sugere

- [A] inconstância da narrativa.
- [B] espontaneidade na narrativa.
- [C] indefinição da personagem.
- [D] desarticulação da personagem.

QUESTÃO 04

A linguagem do texto é marcada predominantemente

- [A] pela complexidade sintática.
- [B] por frases curtas e incisivas.
- [C] por uso de metáfora a cada linha.
- [D] pelo uso de frases incompletas.

QUESTÃO 05

Em Acendo a luz da cabeceira, há presença de palavra homófona. Em qual alternativa há outro caso de homofonia?

- [A] Os técnicos administrativos fizeram grande festança de Natal na sede do sindicato.
- [B] O acerto feito com os funcionários mal durou uma temporada de trabalho.
- [C] Sabe o que muito faltou na festa? Gelo, minha filha!
- [D] Sem dúvida, foi muito apropriado pensar em cassar o mandato daquele político.

QUESTÃO 06

Tome o trecho: Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. Assinale a alternativa que apresenta a regra da norma culta que justifica a concordância do verbo ser.

- [A] Quando o verbo ser se apresenta como verbo impessoal, ou seja, sem sujeito, na indicação de noções temporais e distâncias, a concordância verbal é feita com o numeral.
- [B] Havendo um sujeito singular que se refira a coisas e um predicativo do sujeito no plural, o verbo deverá ser escrito também no plural.
- [C] A concordância é feita com o sujeito gramatical, ou seja, o verbo ser concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1.^a, 2.^a ou 3.^a) com o sujeito da oração.
- [D] Quando o sujeito e o predicativo apresentarem flexões diferentes, o verbo ser concorda com o elemento que estiver no plural.

QUESTÃO 07

A respeito de recursos linguísticos, assinale a afirmativa correta.

- [A] Em Mas quantas vezes a insônia é um dom., a conjunção, apesar de ser classificada como adversativa, tem função aditiva, acrescenta uma informação às ideias anteriores.
- [B] No trecho É um nada a um tempo vazio e rico., a palavra a está incorretamente grafada, pois o verbo haver exige grafia com h.
- [C] Em E sinto-me feliz por nada, por tudo., o uso de metáfora serve para aprofundar o estado psíquico da personagem.
- [D] No trecho ainda arranjarei alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite, o pronome relativo está preposicionado em função da regência do verbo telefonar.

QUESTÃO 08

O papel da vírgula em um texto, além de indicar certa pausa na pronúncia, é organizar os sentidos de um texto. Analise o uso da vírgula nos trechos a seguir.

- I. *E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar.*
- II. *Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas.*
- III. *O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha.*
- IV. *Até que, com o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.*

Assinale a alternativa que apresenta correta justificativa para o emprego de vírgula nos trechos constantes das afirmativas I, II, III e IV.

- [A] Na afirmativa I, a vírgula isola expressão intercalada na oração, como *pois*, usada para expressar conclusão.
- [B] Nas afirmativas II e III, as vírgulas isolam um elemento pleonástico que vem antes do verbo, ou seja, um termo que se repete na frase para ter mais ênfase.
- [C] Isolar expressão que indica circunstâncias variadas, como tempo, lugar, modo, companhia, entre outras (adjuntos adverbiais invertidos ou intercalados na oração), é a função da vírgula na afirmativa IV.
- [D] A vírgula indica a supressão de uma palavra, sendo usada em vez da palavra que foi omitida, nas afirmativas I e IV.

QUESTÃO 09

A derivação é um dos processos profícuos de formação de palavras na língua portuguesa, a exemplo das palavras *cabeceira* e *escuridão*, formadas pelo processo de derivação com a junção de sufixo. Há vários outros tipos de derivação, como a imprópria e a regressiva. Assinale I para as afirmativas que apresentam exemplo de derivação imprópria e R para as que apresentam exemplo de derivação regressiva.

- () Os bons herdarão o reino dos céus!
- () Minha ajuda naquele processo foi rejeitada pelos membros da assembleia.
- () Todos sabiam da existência de funcionários fantasmas na secretaria de estado.
- () Estranhamos o badalar dos sinos da matriz em hora tão inapropriada.
- () Mediante o resultado do concurso, a candidata não resistiu e caiu no choro.

Marque a sequência correta.

- [A] I, I, R, I, R
- [B] I, R, I, I, R
- [C] R, R, I, R, I
- [D] R, I, R, R, I

QUESTÃO 10

Tempo verbal usado para transmitir uma ação possível, mas incerta. Expressa um acontecimento hipotético, que ainda não se realizou por estar dependente de outro acontecimento. Assinale a alternativa em que as formas verbais dadas, constantes do primeiro parágrafo, estão nesse tempo verbal.

- [A] *maldiga - telefonem*
- [B] *passam – chegaram*
- [C] *fico - sofre*
- [D] *pensa – saio*

LEGISLAÇÃO BÁSICA

QUESTÃO 11

Em consonância com as normas da Lei Orgânica Municipal de Cáceres/MT acerca da vinculação constitucional de recursos orçamentários para a manutenção e desenvolvimento do ensino, é correto afirmar:

- [A] O município aplicará anualmente nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- [B] Os recursos orçamentários destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino serão dirigidos aos sistemas de ensino municipal e às escolas comunitárias com ou sem finalidade lucrativa.
- [C] É vedada a utilização dos recursos destinados à educação para financiar bolsas de estudos para o ensino fundamental, ficando o poder público obrigado a expandir a sua rede na localidade onde houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública.
- [D] Os recursos públicos vinculados à educação deverão assegurar o atendimento das necessidades do ensino fundamental e não se destinam a financiar atividades culturais ou esportivas apoiadas pelo Município.

QUESTÃO 12

Em vista do disposto na Lei Complementar Municipal nº 25/1997 acerca das normas aplicáveis à acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Não se compreende na proibição de acumular a percepção conjunta de proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis.
- [B] A acumulação lícita nos casos ressalvados na Constituição Federal fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, entendida como a probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, ao qual o servidor estiver submetido.
- [C] O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança nem participar, com remuneração, de mais de um órgão de deliberação coletiva.
- [D] A proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

QUESTÃO 13

Tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT, em sua redação reformada, acerca da concessão de benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais amparados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e seus dependentes, analise as afirmativas.

- I. O rol de benefícios do regime próprio de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social.
- III. Os proventos de aposentadoria serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor na data do requerimento do benefício.
- IV. A pensão por morte em favor dos dependentes do servidor municipal será calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] II, III e IV, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.

QUESTÃO 14

De acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT aplicáveis ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Prefeito Municipal, será obrigatoriamente afastado do seu cargo sem direito à remuneração e passará a perceber o subsídio do cargo eletivo.
- () O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo.
- () Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- () Para efeito de concessão de benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se o servidor no exercício estivesse.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, V
- [B] F, V, F, F
- [C] F, V, F, V
- [D] V, F, V, F

QUESTÃO 15

O parágrafo 1º do artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, ao dispor sobre a invalidação da causa da perda do cargo de servidor público estável, prescreve:

“Invalidada por sentença judicial a _____ do servidor estável, será ele _____, e o eventual ocupante da vaga, se estável, _____ ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em _____ com remuneração proporcional ao tempo de serviço”.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- [A] exoneração; revertido; reintegrado; atividade.
- [B] demissão; reconduzido; revertido; disponibilidade.
- [C] demissão; reintegrado; reconduzido; disponibilidade.
- [D] exoneração; reintegrado; reconduzido; atividade.

QUESTÃO 16

Leia o seguinte texto:

A Emenda Constitucional nº 19, promulgada em 4 de junho de 1998, também conhecida como “Reforma Administrativa”, promoveu intensa mudança no Título III (Da Organização do Estado), sobretudo, em seu capítulo VII (Da Administração Pública) (...).

Sua apresentação diz o seguinte: “modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 1998).

Desta ampla reforma administrativa e seguindo o escopo do corte de despesas, resultou, entre outras coisas, a instituição do sistema remuneratório de subsídio, o qual não era previsto para nenhuma categoria de agente público, na redação original da Constituição de 1988.

A partir da mencionada emenda, passaram a coexistir dois sistemas remuneratórios: o tradicional, em que a remuneração compreende uma parte fixa e outra variável, constituída por vantagens de natureza diversa, e o novo, no qual a contraprestação corresponde ao subsídio, que deverá ser constituído por parcela única, excluindo a possibilidade de percepção de vantagens pecuniárias variáveis. O primeiro sistema é chamado de remuneração ou vencimento e, o segundo, de subsídio (DI PIETRO, 2006, p. 515).

Dentro do sistema remuneratório de subsídio há, ainda, a diferenciação entre o obrigatório e o facultativo. De forma que o § 4º, do art. 39, submete obrigatoriamente ao regime de subsídio, os membros de quaisquer dos poderes, os detentores de mandato eletivo, os ministros de estado, os secretários estaduais e municipais, bem como os membros do Ministério Público, os integrantes da Advocacia Geral da União, os procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os defensores públicos, os Ministros do Tribunal de Contas da União e os servidores públicos policiais.

Enquanto o § 8º do mesmo artigo dispõe sobre o sistema remuneratório de subsídio facultativo, nestes termos: “a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º”.

(SILVA, Rute Mikaele Pacheco da. Os direitos sociais do servidor público em face do sistema remuneratório de subsídios.

Disponível em: *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2013, vol. 5, n. 9, jul.-dez. On-line. Acesso em: 15/01/2024.)

Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT sobre o assunto tratado no texto, é correto afirmar:

- [A] A remuneração dos ocupantes de cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, percebida cumulativamente ou não, não poderá exceder o dobro do subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.
- [B] Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que observado o valor máximo de subsídio fixado na legislação municipal.
- [C] É permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, com o fim de assegurar a paridade do valor do subsídio previsto para os cargos do Poder Legislativo e para os cargos do Poder Executivo municipal.
- [D] A remuneração dos servidores públicos municipais e os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

QUESTÃO 17

Conforme prescreve a Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, a promoção funcional do servidor é a passagem de uma classe para outra imediatamente posterior da categoria funcional em que se encontra, e se dará automaticamente a cada

- [A] 02 (dois) anos.
- [B] 03 (três) anos.
- [C] 01 (um) ano.
- [D] 05 (cinco) anos.

QUESTÃO 18

Analise a seguinte situação hipotética:

Justino é servidor ocupante de cargo efetivo no Município de Cáceres/MT e foi convidado para assumir um cargo de confiança como gestor financeiro de uma Secretaria Municipal. Antes da nomeação para o cargo, o servidor foi instado a apresentar alguns documentos, inclusive declarar a existência de eventual contrato firmado com o poder público municipal por pessoa de sua família. Nesta declaração, afirmou que seus pais são proprietários de um bem imóvel urbano, que foi locado para o Município.

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT acerca das normas aplicáveis aos servidores públicos e aos contratos firmados pela Administração Pública municipal, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, em nenhuma hipótese, poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal.
- [B] O servidor municipal em cargo de confiança não poderá manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas tal vedação não se estende a pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco.
- [C] O servidor municipal em cargo de confiança, bem como pessoas ligadas a ele por vínculo de parentesco, não poderão manter contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- [D] O servidor municipal em cargo de confiança ou seus familiares não poderão firmar contrato com os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública municipal, mas isso não impede a manutenção de quaisquer contratos firmados antes da nomeação.

QUESTÃO 19

Tendo em vista as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT, analise as afirmativas acerca de frequência e horário dos servidores.

- I. Os ocupantes de cargo de provimento efetivo devem cumprir jornada semanal de 40 (quarenta) horas e não estão sujeitos a trabalho em horário extraordinário, por falta de previsão legal.
- II. O registro de ponto para apuração de frequência não é obrigatório, mas poderá ser instituído, a critério da autoridade municipal, por meio de regulamento.
- III. A Administração poderá modificar a jornada semanal legalmente fixada, observado o interesse do serviço, bem como estabelecer regras de compensação ou revezamento para os servidores que trabalham em regime de escala ou jornada diferenciada, por meio de Decreto, respeitadas as demais condições legais.
- IV. A Administração municipal poderá adotar, a critério da gestão superior, o regime de dedicação não exclusiva, ao servidor comissionado, o qual poderá desempenhar outra atividade profissional particular ou pública, desde que haja compatibilidade de horários, podendo ser convocado sempre que necessário ao serviço público.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II, III e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] I e IV, apenas.

QUESTÃO 20

Considere a seguinte situação hipotética:

Josefino é chefe imediato da servidora Linda Flor no âmbito da administração direta no Município de Cáceres/MT. Recebeu uma reclamação formal subscrita pelo advogado constituído por uma empresa contribuinte do Município quanto à falta de resposta a um requerimento de compensação tributária que aguarda análise da servidora.

Conforme documentação anexada na reclamação, o procedimento administrativo instaurado pela empresa foi distribuído à servidora e aguarda análise há mais de 8 (oito) meses, enquanto o prazo de análise regularmente adotado nesses casos é de 2 (dois) meses.

Diante da reclamação, Josefino recomendou ao órgão responsável a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta da servidora por suposta inobservância a dever funcional previsto em lei.

De acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 25/1997 aplicáveis ao regime disciplinar dos servidores públicos do Município de Cáceres/MT, assinale a afirmativa correta a respeito da situação relatada.

- [A] A ação disciplinar foi fulminada pela prescrição porque o processo deveria ser instaurado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ocorrência do fato, por se tratar de infração disciplinar suscetível à pena de advertência.
- [B] Não cabe instauração de processo administrativo disciplinar, uma vez que as penalidades previstas em lei não se aplicam quando apurado o cometimento de uma única conduta irregular, mas apenas em caso de reincidência nas faltas.
- [C] A conduta da servidora deverá ser enquadrada como inassiduidade habitual, que corresponde à falta ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias.
- [D] É cabível a contagem do prazo de prescrição previsto em lei para apuração da infração disciplinar do momento em que a suposta conduta irregular se tornou conhecida pela autoridade responsável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

QUESTÃO 21

Qual abordagem teórica da administração reconhece que não existe uma única melhor forma de administrar e que as práticas de gestão devem ser adaptadas de acordo com as circunstâncias específicas de cada situação?

- [A] Abordagem clássica
- [B] Abordagem comportamental
- [C] Abordagem contingencial
- [D] Abordagem estruturalista

QUESTÃO 22

Em uma empresa que fabrica eletrodomésticos, a equipe de produção enfrenta desafios para aumentar a eficiência e a produtividade. O tempo médio de montagem de um produto é de 12 minutos e a meta da empresa é reduzir esse tempo para 10 minutos. Diante desse cenário, a equipe de gestão decide implementar princípios da Administração Científica para otimizar o processo produtivo. Qual alternativa representa a principal ação que a empresa deve tomar, de acordo com a Administração Científica, para alcançar a meta de reduzir o tempo de montagem?

- [A] Incentivar a participação dos trabalhadores na tomada de decisões estratégicas da empresa.
- [B] Reduzir a jornada de trabalho dos trabalhadores para diminuir o cansaço e aumentar a produtividade.
- [C] Dividir o processo de produção em etapas menores e especializar os trabalhadores em cada etapa.
- [D] Implementar um sistema de recompensas baseado na quantidade de produtos montados por hora.

QUESTÃO 23

A governabilidade de serviços públicos refere-se à capacidade do Estado de garantir a efetividade, a qualidade e a prestação adequada de serviços à sociedade. Considerando os princípios da governabilidade, qual alternativa **NÃO** é um indicador de sua efetividade?

- [A] Popularidade do governante: Um governante popular pode ter mais facilidade em implementar políticas públicas e mobilizar recursos para a prestação de serviços.
- [B] Transparência: Publicidade e acessibilidade das informações sobre a gestão dos serviços públicos.
- [C] *Accountability*: Prestação de contas e responsabilização dos gestores públicos pelos resultados dos serviços.
- [D] Participação social: Abertura de canais para a participação da sociedade civil na gestão dos serviços públicos.

Ciências Contábeis

QUESTÃO 24

Suponha que um órgão de controle tenha realizado uma auditoria operacional em um programa de saúde pública, com o objetivo de avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade da gestão dos recursos destinados ao programa. Com base nesses critérios, o órgão de controle coletou e analisou as seguintes evidências do programa de saúde pública:

- Recebeu um orçamento de R\$ 100 milhões para o ano de 2023, dos quais R\$ 90 milhões foram executados, sendo R\$ 80 milhões em despesas de custeio e R\$ 10 milhões em despesas de investimento.
- Atendeu a 500 mil pessoas no ano de 2023, das quais 300 mil receberam serviços de prevenção e promoção da saúde, 150 mil receberam serviços de atenção básica e 50 mil receberam serviços de média e alta complexidade.
- Realizou um milhão de procedimentos no ano de 2023, dos quais 600 mil foram consultas, 300 mil foram exames e 100 mil foram cirurgias.
- Reduziu em 10% a taxa de mortalidade infantil e em 15% a taxa de internações por doenças evitáveis no ano de 2023, em relação ao ano anterior.
- Obteve um índice de satisfação dos usuários de 85% no ano de 2023, segundo pesquisa de opinião realizada pelo órgão de controle.
- Foram registradas reclamações dos usuários relativas à falta de determinadas vacinas para atendimento do público adulto e infantil.

A partir dessas evidências, é correto afirmar que o relatório de auditoria elaborado pelo órgão de controle tenha concluído a respeito do programa de saúde pública:

- [A] Apresentou um desempenho ruim em termos de eficiência, pois utilizou 90% do orçamento disponível, além de gerar um milhão de procedimentos com um custo médio de R\$ 90 por procedimento.
- [B] Não apresentou um bom desempenho em termos de economicidade, pois gerou benefícios sociais inferiores aos custos incorridos, não otimizou o uso dos recursos e não minimizou os desperdícios, conforme demonstrado pela análise custo-benefício realizada pelo órgão de controle.
- [C] Atendeu aos princípios da eficiência e da eficácia, mas não da economicidade, pois além de não gerar benefícios sociais, foram identificadas reclamações dos usuários.
- [D] Apresentou um bom desempenho em termos de eficácia, pois atingiu os objetivos de ampliar a cobertura, o acesso e a satisfação dos beneficiários, além de contribuir para a redução da mortalidade infantil e das internações por doenças evitáveis, que são indicadores de impacto na saúde da população.

QUESTÃO 25

A empresa ABC Ltda., responsável por produzir três tipos de produtos (A, B e C), é formada por três departamentos de produção (corte, dobramento e polimento) e dois departamentos de serviços (almoxarifado e administração). A produção do produto A e B passa pelos três departamentos de produção; já o produto C é realizado apenas nos departamentos de corte e dobramento. Em certo período, foram produzidas 5.000 unidades do produto A; 10.000 unidades do produto B e 15.000 unidades do produto C. Os custos diretos foram os seguintes (em R\$):

Custos diretos	A	B	C
Material	10.000	15.000	10.000
Mão de obra	15.000	15.000	15.000
Total	25.000	30.000	25.000

Por sua vez, os custos indiretos de produção são alocados inicialmente aos departamentos (conforme critério adotado a seguir) e, depois, destes aos produtos.

Departamentos	Custos indiretos
Corte	10.000
Dobramento	5.500
Polimento	8.000
Almoxarifado	3.500
Administração	7.500
Total	34.500

Os custos do departamento da administração são os primeiros a serem distribuídos aos demais e utilizam como base (direcionador) a quantidade de funcionários.

Departamentos	Quantidade de funcionários
Corte	8
Dobramento	6
Polimento	4
Almoxarifado	2
Total	20

O segundo a ser distribuído é o departamento do almoxarifado, que é rateado e distribui seus custos à base (direcionador) da quantidade de requisições.

Departamento de produção	Quantidade de requisições
Corte	300
Dobramento	300
Polimento	150
Total	750

A distribuição dos custos dos departamentos de produção aos produtos é feita em razão da quantidade produzida. Considerando as informações anteriores e sabendo que a empresa ABC Ltda. adota o método de custeio ABC (*Activity-Based Costing*) para alocar seus custos, qual o custo total dos produtos A, B e C?

- [A] R\$ 29.900,00 para o Produto A, R\$ 41.217,00 para o Produto B, R\$ 38.600,00 para o Produto C.
 [B] R\$ 30.750,00 para o Produto A, R\$ 41.500,00 para o Produto B, R\$ 37.075,00 para o Produto C.
 [C] R\$ 28.850,00 para o Produto A, R\$ 37.035,00 para o Produto B, R\$ 35.550,00 para o Produto C.
 [D] R\$ 28.850,00 para o Produto A, R\$ 41.500,00 para o Produto B, R\$ 37.035,00 para o Produto C.

QUESTÃO 26

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma empresa pública no ano de 2023:

- Recebimento em caixa de impostos, taxas e contribuições: R\$ 500.000,00
- Venda de produtos industriais e agropecuários: R\$ 30.000,00
- Aumento de fornecedores de mercadorias e serviços: R\$ 50.000,00
- Royalties, honorários e comissões recebidas: R\$ 20.000,00
- Transferências concedidas: R\$ 110.000,00
- Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos: R\$ 80.000,00
- Alienação de bem imóvel: R\$ 350.000,00
- Aquisição de ativo intangível: R\$ 250.000,00
- Operações de crédito recebidas: R\$ 60.000,00
- Integralização do capital social de empresas dependentes: R\$ 20.000,00
- Amortização de dívida: R\$ 40.000,00
- Caixa e Equivalentes de caixa inicial: R\$ 100.000,00

Com base nessas informações e de acordo com o modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) adotado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que apresenta o valor correto do caixa e equivalente de caixa no final do período.

- [A] R\$ 810.000
- [B] R\$ 940.000
- [C] R\$ 760.000
- [D] R\$ 880.000

QUESTÃO 27

Considere o seguinte caso hipotético:

Uma entidade pública está envolvida em um processo judicial movido por um ex-funcionário que alega ter sido dispensado injustamente. O advogado da entidade estima que a probabilidade de perda do processo é de 60% e que o valor da indenização pode variar entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00 sendo mais provável o valor de R\$ 80.000,00. A entidade ainda não recebeu nenhuma notificação judicial sobre o processo.

Com base nessas informações, e de acordo com disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A entidade pública deve reconhecer uma provisão de R\$ 80.000,00 para o processo judicial, pois se trata de uma obrigação presente, decorrente de um evento passado que provavelmente resultará em uma saída de recursos para pagamento de indenização estimada com confiabilidade.
- () A entidade pública deve reconhecer uma provisão de R\$ 75.000,00 para o processo judicial, pois se trata de uma obrigação presente, decorrente de um evento passado que provavelmente resultará em uma saída de recursos para pagamento de indenização mensurada pela média entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000.
- () A entidade pública deve divulgar um passivo contingente relacionado ao processo judicial, pois há uma possibilidade de que a entidade tenha que pagar um valor maior do que o provisionado, caso o resultado do processo seja desfavorável.
- () A entidade pública deve divulgar um ativo contingente relacionado ao processo judicial, pois é pouco provável que a entidade possa receber algum benefício econômico ou potencial de serviço, caso o resultado do processo seja favorável.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, F, V, V
- [C] V, F, V, F
- [D] F, V, F, V

Economia

QUESTÃO 28

Considerando a Curva de Laffer, que representa a relação entre a taxa de imposto e a receita fiscal, suponha que a taxa de imposto atual seja de 30%. Se a taxa de imposto for aumentada para 40%, qual será o impacto percentual esperado na receita fiscal?

- [A] Um aumento de 10% na taxa de imposto sempre resultará em um aumento proporcional de 10% na receita fiscal.
- [B] Um aumento de 10% na taxa de imposto não terá impacto na receita do governo.
- [C] A Curva de Laffer permanece constante e o aumento na taxa de imposto não afeta a receita fiscal.
- [D] Existe um ponto crítico na Curva de Laffer, onde o aumento de 10% na taxa de imposto pode resultar em uma diminuição de 5% na receita fiscal.

QUESTÃO 29

Suponha que a demanda agregada de uma economia aberta seja dada por: $Y = 1000 - 10P + 0.2M$, onde Y é o produto interno bruto real, P é o nível de preços e M é a renda mundial. Sabendo que a economia se encontra em equilíbrio macroeconômico e a oferta agregada é igual a 800, qual o nível de preços que resulta em um produto interno bruto quando a renda mundial é igual a 400?

- [A] 12
- [B] 28
- [C] 18
- [D] 25

QUESTÃO 30

Considere um paciente que está tomando decisões sobre como alocar seu tempo e dinheiro em saúde, considerando consultas médicas e medicamentos. Suponha que a função de utilidade do paciente seja dada por $U(C; M) = 2\sqrt{C} + M$, onde C representa o número de consultas médicas e M representa a quantidade de medicamentos comprados. Assinale a afirmativa correta sobre essa função de utilidade.

- [A] É linear, o que significa que o paciente valoriza igualmente cada consulta médica e cada unidade de medicamento.
- [B] É côncava em relação à quantidade de medicamentos, o que sugere que o paciente valoriza mais cada unidade adicional de medicamento à medida que aumenta a quantidade total.
- [C] É convexa em relação ao número de consultas médicas, o que significa que o paciente obtém um benefício sempre crescente de cada consulta médica adicional.
- [D] Não varia com o custo das consultas médicas ou dos medicamentos, indicando que o paciente não considera fatores financeiros ao tomar decisões de saúde.

Engenharia Civil

QUESTÃO 31

Com relação às técnicas utilizadas no planejamento e produção para empresas de construção, analise as afirmativas.

- I. O Diagrama de Gantt é uma ferramenta de gráfico de barras horizontais que permite visualizar as etapas da obra, o percentual de execução, o tempo dispendido em cada etapa e o tempo total.
- II. Uma desvantagem do Gráfico de Gantt é não mostrar com clareza a interdependência das atividades.
- III. A técnica da Linha de Balanço não apresenta limitações, englobando qualquer tipo de empreendimento.
- IV. O PERT (*Program Evaluation Review and Technique*) e o CPM (*Critical Path Method*) são técnicas de rede de gerenciamento de projetos voltadas para a duração, fluxo e sequência de tarefas.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] II e III, apenas.
- [D] I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 32

A Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No que se refere especificamente às obras e serviços de engenharia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É dispensável a licitação para a contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- () O julgamento das propostas não pode ser realizado pelo critério de maior desconto.
- () Na execução indireta de obras e serviços de engenharia não é admitido o regime de empreitada por preço unitário.
- () Na contratação integrada são vedadas as alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, F, V
 [B] V, F, F, V
 [C] V, V, V, F
 [D] F, F, V, F

QUESTÃO 33

Considerando o Quadro de Duração-Recursos contendo a programação de quatro atividades/serviços de obras, para uma jornada de trabalho de 8h/dia, analise as afirmativas.

Atividade	Un	Qtde	Recurso	Índice do recurso	Duração (dias)	Duração adotada (dias)	Quantidade de recursos
Escavação	m ³	200	Servente	2,0 h/m ³	50	10	Servente 5
Fôrma	m ²	480	Carpinteiro	1,0 h/m ²	60	15	Carpinteiro 4
			Ajudante	1,0 h/m ²	60	15	Ajudante 4
Armação	kg	4.000	Armador	0,10 h/kg	50	10	Armador 5
			Ajudante	0,10 h/kg	50	10	Ajudante 5
Concreto	m ³	50	Pedreiro	4,0 h/m ³	25	5	Pedreiro 5
			Servente	8,0 h/m ³	50	5	Servente 10

- I. Para a equipe da execução de fôrmas, se a duração adotada for alterada para 10 dias, e com jornada de trabalho de 8h/dia, a quantidade de recursos necessária será de 5 carpinteiros e 5 ajudantes.
- II. Se alterar a programação da quantidade de recursos das atividades de armação, reduzindo para 2 armadores e 2 ajudantes, para a jornada de 8h/dia, a duração da atividade passa a ser de 25 dias.
- III. Se a quantidade de concreto fosse de 80 m³, para manter a mesma programação com a duração de 5 dias e jornada de 8h/dia, os recursos necessários para a execução da atividade seriam de 8 pedreiros e 16 serventes.
- IV. Alterando a quantidade de escavação para 300m³, e mantendo a programação da duração em 10 dias e jornada de 8h/dia, a quantidade de recursos necessária será de 8 serventes.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e III, apenas.
 [B] II e III, apenas.
 [C] II, III e IV, apenas.
 [D] I e IV, apenas.

QUESTÃO 34

A Segurança e Saúde do Trabalho (SST) no Brasil é regida por normas e legislações, em especial as Normas Regulamentadoras publicadas na Portaria MTb n.º 3214/1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações/atualizações. A respeito da NR 1- Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As Normas Regulamentadoras são de observância obrigatória pelas organizações e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- () Não constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao cumprimento das normas, orientações e ordens de serviço acerca da segurança e saúde do trabalho impostas pela organização.
- () A organização deve implementar, por estabelecimento, o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, constituído por no mínimo, dois documentos: o inventário de riscos ocupacionais e o plano de ação.
- () A implantação de medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informação aos trabalhadores quanto aos procedimentos a serem adotados e respectivas limitações.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, F, V
- [B] V, F, V, F
- [C] V, F, V, V
- [D] F, V, F, F

Direito

QUESTÃO 35

Segundo a Constituição Federal, o Estado não intervirá em seus Municípios, mas há determinadas causas excepcionais que justificam a intervenção. Uma dessas causas é prevista quando o Município

- [A] decretar situação de calamidade pública que afete a sua execução orçamentária e financeira.
- [B] deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- [C] não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal em ações de limpeza das vias públicas e remoção do lixo.
- [D] não acatar recomendação do Tribunal de Contas do Estado para suspensão de contrato ou convênio.

QUESTÃO 36

A Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, alterou certos parâmetros utilizados na indicação da concorrência como modalidade de licitação. Conforme previsto na legislação vigente, assinale a hipótese em que a modalidade de licitação cabível **NÃO** é a concorrência.

- [A] Contratação de bens e serviços especiais.
- [B] Contratação de obras e serviços especiais de engenharia.
- [C] Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- [D] Alienação de bens imóveis do ente público cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos de dação em pagamento.

QUESTÃO 37

Com base nas normas constitucionais acerca dos Tribunais de Contas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- () Compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, as quais compreendem, entre outras cominações, imputação de débito e multa proporcional ao dano causado ao erário.
- () Compete ao Tribunal de Contas autorizar, previamente, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração pública direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- () O Tribunal de Contas do Estado é integrado por sete Conselheiros, que gozam das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos membros da magistratura, após o cumprimento do estágio probatório de 2 (dois) anos.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] V, F, F, V
- [C] F, V, V, F
- [D] F, F, V, V

QUESTÃO 38

Leia a seguinte notícia extraída da página oficial da Câmara dos Deputados:

TCU INFORMA QUE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DO ORÇAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÃO FISCALIZADAS SEGUINDO NORMATIVA

Fiscalização das emendas foi discutida em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO)

O Tribunal de Contas da União (TCU) informou aos membros da Comissão Mista de Orçamento que está trabalhando em uma instrução normativa que vai permitir a fiscalização das emendas parlamentares individuais, do tipo “transferências especiais”, que são feitas para Estados e Municípios.

Estas emendas feitas ao Orçamento da União, no formato atual, foram criadas em 2019 pela Emenda Constitucional 105 e passaram de R\$ 600 milhões em 2020 para cerca de R\$ 7 bilhões neste ano (2023).

Na audiência, consultores orçamentários do Congresso lembraram que as transferências especiais foram criadas a partir de uma frustração com a demora na liberação das transferências com finalidade específica, por meio de convênios (...).

(Agência Câmara de Notícias. Publicado em: 17/08/2023. Acesso em: 23/01/2024.)

Com base nas disposições constitucionais em matéria orçamentária, assinale a afirmativa correta acerca das transferências especiais citadas na notícia.

- [A] Os recursos públicos repassados serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado.
- [B] Serão considerados recursos públicos pertencentes à União, mesmo após o ato da efetiva transferência financeira ao ente federado beneficiado.
- [C] Os recursos públicos transferidos serão computados para o cálculo dos limites de endividamento do ente federado.
- [D] Tais recursos públicos, após transferidos, integrarão a receita do ente federado para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal ativo e inativo.

QUESTÃO 39

Em conformidade com as disposições da Lei Orgânica Municipal de Cáceres/MT acerca do orçamento e da sua fiscalização, assinale a alternativa em que todas as medidas devem ser previamente autorizadas pelo Poder Legislativo.

- [A] Abertura de créditos adicionais especiais; transposição de recursos de uma categoria de programação para outra; utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir “déficit” de empresa pública municipal; prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- [B] Abertura de créditos extraordinários; transposição de recursos de uma categoria de programação para outra; utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade de fundação mantida pelo poder público; instituição de fundos de qualquer natureza.
- [C] Abertura de créditos adicionais suplementares; remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra; utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir “déficit” de empresa pública municipal; redução das despesas com cargo em comissão e funções de confiança do Poder Executivo.
- [D] Abertura de créditos adicionais especiais; remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra; utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade de fundação mantida pelo poder público; instituição de fundos de qualquer natureza.

QUESTÃO 40

Tendo em vista as disposições legais acerca dos limites das despesas com pessoal no Município de Cáceres, analise as afirmativas.

- I. A despesa total com pessoal ativo e inativo do Município, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da sua receita corrente líquida, sendo tal percentual assim repartido: 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.
- II. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- III. Se a despesa total com pessoal exceder a 90% (noventa por cento) do limite legal, são vedados o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, sem qualquer exceção.
- IV. Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento da despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura, é conduta enquadrada como crime contra as finanças públicas.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] I, II, III e IV.
- [C] II e III, apenas.
- [D] I e IV, apenas.

EM BRANCO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL N.º 02/2024 - PMC

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Esta folha é destinada para uso **EXCLUSIVO** do candidato.